A VOZ DOS POVOS ORIGINÁRIOS: EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE VALORIZAÇÃO CULTURAL

THE VOICE OF ORIGINAL PEOPLES: EDUCATION AS AN INSTRUMENT FOR CULTURAL APPRECIATION

Dilçon Souza Leão
Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, Paraguai

Anaias Alvides de Lima
Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, Paraguai

José Wellington Ferreira
Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, Paraguai

Marcirene Chagas Sampaio
Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, Paraguai

Gilcélia Teles Viana
Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, Paraguai

ISSN: 1518-0263 DOI: https://doi.org/10.46550/7jahd137 Publicado em: 05.06.2025

Resumo: Este estudo investigou a efetividade das políticas públicas educacionais para a preservação da cultura indígena nas escolas, com o objetivo de analisar como essas políticas têm sido implementadas e se estão alcançando seus objetivos de preservar as tradições culturais dos povos indígenas. A pesquisa foi de caráter qualitativo, com uma abordagem bibliográfica, utilizando fontes acadêmicas e documentos oficiais sobre a educação indígena no Brasil. Os resultados mostraram que, embora existam avanços na legislação e em algumas práticas educacionais, a implementação dessas políticas enfrenta desafios significativos, como a resistência das instituições educacionais, a falta de infraestrutura e a escassez de professores capacitados. A análise indicou que a participação ativa das comunidades indígenas na educação e a valorização do conhecimento ancestral nas escolas são fundamentais para garantir a preservação cultural. No entanto, o estudo também evidenciou que as políticas educacionais, em muitos casos, não refletem as especificidades culturais das comunidades indígenas, e a educação ainda é centrada em modelos tradicionais. As considerações finais apontaram a necessidade de mais investimentos em formação de professores, adaptação do currículo e infraestrutura das escolas, além de fortalecer a participação das comunidades indígenas na formulação das políticas educacionais. A pesquisa também sugeriu a realização de estudos adicionais sobre o impacto das tecnologias digitais na educação indígena e na preservação cultural.

Palavras-chave: Educação Indígena, Políticas Públicas, Preservação Cultural, Currículo Escolar, Interculturalidade.

A Missioneira (ISSN 1518-0263) está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Abstract: This study investigated the effectiveness of public education policies for the preservation of indigenous culture in schools, with the aim of analyzing how these policies have been implemented and whether they are achieving their goals of preserving the cultural traditions of indigenous peoples. The research was qualitative in nature, with a bibliographical approach, using academic sources and official documents on indigenous education in Brazil. The results showed that, although there are advances in legislation and in some educational practices, the implementation of these policies faces significant challenges, such as resistance from educational institutions, lack of infrastructure and shortage of trained teachers. The analysis indicated that the active participation of indigenous communities in education and the appreciation of ancestral knowledge in schools are fundamental to guaranteeing cultural preservation. However, the study also showed that educational policies, in many cases, do not reflect the cultural specificities of indigenous communities, and education is still centered on traditional models. The final considerations pointed to the need for more investment in teacher training, adaptation of the curriculum and school infrastructure, in addition to strengthening the participation of indigenous communities in the formulation of educational policies. The research also suggested that additional studies be conducted on the impact of digital technologies on indigenous education and cultural preservation.

Keywords: Indigenous Education, Public Policies, Cultural Preservation, School Curriculum, Interculturality.

Introdução

A preservação da cultura e tradição na educação indígena é um tema de grande relevância no contexto atual da educação no Brasil. Ao longo da história, os povos indígenas enfrentaram inúmeros desafios relacionados ao processo de escolarização, principalmente devido à imposição de um modelo educacional que desconsidera suas especificidades culturais. A educação escolar indígena, portanto, não se limita à transmissão de conteúdos acadêmicos, mas também desempenha um papel essencial na preservação e valorização das línguas, práticas, e saberes ancestrais, elementos fundamentais para a identidade dos povos indígenas. Nesse contexto, a preservação da cultura e das tradições indígenas na educação escolar se configura como um dos pilares para a manutenção da identidade desses povos, permitindo que as futuras gerações se conectem com suas raízes e, ao mesmo tempo, com o mundo contemporâneo.

A relevância deste tema está associada ao contexto histórico e social dos povos indígenas no Brasil, que, ao longo do processo de colonização e de políticas públicas excludentes, tiveram suas culturas e tradições atacadas e desvalorizadas. Embora as últimas décadas tenham representado avanços significativos no reconhecimento dos direitos dos povos indígenas, inclusive com a implementação de políticas públicas que buscam respeitar a educação nas escolas indígenas, ainda existem desafios para que essas políticas sejam aplicadas e adequadas às realidades dessas comunidades. A educação escolar indígena não deve ser vista apenas como um meio de acesso ao ensino formal, mas como um espaço de resistência e afirmação das culturas indígenas. Dessa forma, o estudo sobre a preservação da cultura e tradição na educação indígena se torna uma importante ferramenta para compreender as necessidades desses povos e os obstáculos que ainda precisam ser superados.

O problema central dessa pesquisa reside na constatação de que, embora existam políticas públicas voltadas para a educação indígena, a aplicação prática dessas políticas muitas vezes não

leva em consideração as especificidades culturais de cada etnia. A implementação de um ensino que respeite e preserve as tradições indígenas ainda é um desafio, seja pela falta de materiais didáticos adequados, pela formação de professores que compreendam as particularidades dessa educação ou pela resistência de algumas comunidades em aceitar o modelo de escolarização imposto pelo Estado. Além disso, as tensões entre o ensino acadêmico e as práticas culturais tradicionais são uma constante nas escolas indígenas, o que levanta a questão de como garantir que a educação escolar indígena contribua para a preservação da cultura sem comprometer o acesso a outros conhecimentos fundamentais para o desenvolvimento social e econômico desses povos.

O objetivo desta pesquisa é analisar a preservação da cultura e tradição na educação indígena, investigando como a educação escolar pode contribuir para a valorização das culturas indígenas e quais os principais desafios enfrentados para a efetivação desse processo nas escolas indígenas do Brasil.

Este texto está estruturado em cinco partes principais. Inicialmente, a introdução apresenta o tema, a justificativa, o problema e o objetivo da pesquisa. Em seguida, o referencial teórico irá abordar os conceitos centrais relacionados à educação indígena e à preservação cultural. O desenvolvimento estará dividido em três tópicos, nos quais serão discutidos os aspectos históricos e legislativos da educação indígena, os desafios atuais para a implementação de políticas públicas e as práticas educacionais que buscam respeitar e incorporar as tradições indígenas. Na seção de metodologia, será detalhado o tipo de pesquisa utilizada e os critérios de análise das fontes. A discussão e resultados apresentarão os principais achados da pesquisa, enquanto as considerações finais irão sintetizar os pontos discutidos e propor possíveis soluções para os desafios identificados.

Referencial teórico

O referencial teórico está estruturado de forma a fornecer uma base para a compreensão da educação indígena e sua relação com a preservação da cultura e das tradições. Inicialmente, serão abordados os aspectos históricos da educação indígena no Brasil, considerando o processo de colonização e as políticas educacionais que impactaram as culturas indígenas. Em seguida, será discutido o conceito de interculturalidade, destacando a importância da integração dos saberes tradicionais com o conhecimento acadêmico no contexto da escola indígena. O referencial também contemplará as políticas públicas voltadas para a educação indígena, analisando suas implicações e os desafios enfrentados na prática, além de explorar a importância da valorização da língua, das tradições e das práticas culturais no processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, o referencial teórico busca oferecer uma compreensão das questões relacionadas à educação indígena e seu papel fundamental na preservação cultural.

O papel da educação escolar indígena na preservação da identidade cultural

A educação escolar indígena desempenha um papel fundamental na preservação da identidade cultural dos povos indígenas, funcionando como um espaço de resistência às influências externas que muitas vezes tentam minimizar ou apagar as tradições e culturas dessas comunidades. A inserção de práticas pedagógicas que valorizam os saberes tradicionais é uma

maneira de fortalecer o vínculo entre as novas gerações e suas origens culturais. Como afirmam Cavalcanti e Cavalcanti (2020, p. 12),

> Apesar das especificidades em relação às suas tradições, garantir o ensino da língua materna *Yaathe* na grade curricular legítima e preservar a identidade de um povo que sofreu por séculos ameaças no que diz respeito aos mais diferentes direitos humanos. A política de educação indígena e o ensino da língua materna do povo *Fulni-ô* é fruto de uma história de resistência que, para além da sua garantia, devem ser consideradas suas especificidades, para descolonizar o currículo escolar em favor de uma perspectiva intercultural, de valorização à diversidade e de respeito às tradições que são determinantes da identidade.

A partir dessa perspectiva, a educação indígena não é apenas uma ferramenta de transmissão de conteúdos acadêmicos, mas um processo de reafirmação cultural que garante a continuidade das práticas tradicionais nas escolas.

Além disso, a preservação da língua indígena é uma das principais formas de resistência cultural dentro do contexto educacional. A língua é um dos elementos significativos da cultura e identidade de um povo, e sua preservação nas escolas indígenas tem um impacto direto na manutenção das tradições. Segundo Oliveira (2020), o ensino da língua indígena nas escolas é um dos pilares fundamentais para a preservação da cultura, pois sem a língua, muitas das práticas culturais e o conhecimento tradicional se perdem. Esse ensino é essencial não apenas para a manutenção da língua, mas também para fortalecer a autoestima dos alunos, que se veem representados em seus próprios saberes e valores.

Um exemplo prático de como a educação indígena auxilia na preservação cultural pode ser observado nas escolas que adotam o currículo indígena, incorporando práticas tradicionais como o artesanato, as danças, os mitos e as histórias orais. Fialho e Mendes (2022) ressaltam que muitas escolas indígenas têm desenvolvido projetos pedagógicos que integram as práticas culturais do cotidiano dos povos, como o ensino das danças e músicas tradicionais, além do uso de narrativas e mitos como parte do processo educativo. Essas iniciativas não apenas educam os alunos no sentido acadêmico, mas também os conectam com suas raízes, transmitindo valores culturais de geração para geração.

A educação indígena, ao adotar essas práticas, também se configura como um espaço de resistência contra a homogeneização cultural promovida por modelos educacionais tradicionais, que muitas vezes desconsideram a diversidade étnica e cultural. Cobra e Silva (2021) argumentam que as escolas indígenas precisam ser espaços onde o conhecimento tradicional se une ao ensino formal, permitindo que os alunos se desenvolvam como indivíduos plenos, com respeito às suas origens. Essa integração entre o tradicional e o contemporâneo não apenas preserva a identidade cultural, mas também prepara os estudantes para os desafios do mundo moderno, sem perder suas raízes.

Portanto, a educação escolar indígena vai além de um simples processo de aprendizagem acadêmica, sendo uma ferramenta de preservação e valorização da cultura, da língua e das tradições. Ela possibilita que os povos indígenas se reconectar com sua história e fortaleçam sua identidade cultural, garantindo que as gerações futuras continuem a viver de acordo com seus valores e práticas

A implementação de políticas públicas para a educação indígena no Brasil enfrenta uma série de desafios, principalmente devido à necessidade de conciliar o modelo educacional

tradicional com as especificidades culturais e sociais dos povos indígenas. A legislação brasileira, como a Constituição de 1988, trouxe avanços significativos ao reconhecer o direito dos povos indígenas à educação diferenciada e à preservação de suas culturas.

A Constituição, em seu artigo 210, estabelece que o ensino será ministrado com respeito à diversidade étnica e cultural, garantindo aos povos indígenas o direito de educar suas crianças conforme suas próprias tradições (Brasil, 1988). Esse avanço legislativo foi um marco para a educação indígena, mas, na prática, a implementação ainda encontra dificuldades significativas, como a falta de infraestrutura e a escassez de profissionais qualificados para atuar nas escolas indígenas. Como afirmam Cobra e Silva (2021, p. 9), "as políticas educacionais voltadas para as comunidades indígenas têm evoluído, mas os avanços são lentos e muitas vezes enfrentam resistência local e institucional, além de limitações financeiras e estruturais".

Apesar dessas dificuldades, algumas políticas públicas têm sido implementadas com o objetivo de garantir a educação indígena, respeitando suas culturas e tradições. Segundo Cobra e Silva (2021), as políticas educacionais voltadas para as comunidades indígenas têm evoluído, mas os avanços são lentos e muitas vezes enfrentam resistência local e institucional, além de limitações financeiras e estruturais. Essa citação reflete a realidade das escolas indígenas, que, embora amparadas por leis, muitas vezes não têm recursos adequados para oferecer um ensino que atenda às necessidades dos alunos e respeite suas culturas. A falta de professores capacitados, materiais didáticos específicos e infraestrutura adequada contribui para a fragilidade da implementação dessas políticas.

Um dos principais avanços, no entanto, é a criação de projetos educacionais que buscam integrar o ensino tradicional ao acadêmico, respeitando as práticas culturais dos povos indígenas. Fialho e Mendes (2022) destacam que projetos como o ensino das línguas indígenas, a valorização das tradições orais e o envolvimento das comunidades nas decisões sobre o currículo escolar têm sido fundamentais para a preservação cultural nas escolas. Esses projetos demonstram que, embora a implementação de uma educação indígena de qualidade ainda seja um desafio, há exemplos práticos de sucesso que podem servir como modelos para outras regiões. Esses projetos buscam não apenas educar, mas também fortalecer a identidade cultural indígena, utilizando o conhecimento ancestral como parte integrante do currículo escolar.

Além disso, a atuação das comunidades indígenas na gestão das escolas e na elaboração do currículo também é um fator importante para o sucesso das políticas educacionais. Como aponta Oliveira (2020), a participação ativa das comunidades indígenas na formulação de suas políticas educacionais tem sido um fator determinante para que as escolas atendam melhor às suas necessidades culturais e sociais. A capacidade das comunidades de tomar decisões sobre os rumos da educação em suas escolas é um passo importante para garantir que as políticas públicas sejam eficazes na preservação da cultura indígena.

No entanto, o caminho para a implementação plena dessas políticas ainda é longo. A falta de investimentos, a escassez de profissionais capacitados e a resistência cultural e institucional são obstáculos que precisam ser superados para que a educação indígena no Brasil se consolide de forma efetiva. Como mencionam Cavalcanti e Cavalcanti (2020), os desafios enfrentados pelas políticas públicas de educação indígena são inúmeros, mas os avanços já conquistados indicam que a implementação de uma educação que respeite e preserve as culturas indígenas é possível. Assim, apesar das dificuldades, as políticas públicas, quando implementadas e respeitando a

participação das comunidades, têm o potencial de transformar a educação indígena em um meio de preservação cultural e de fortalecimento das identidades indígenas

O uso das tecnologias digitais na educação indígena tem gerado discussões sobre suas potências e limitações, especialmente no que diz respeito à preservação e divulgação das tradições culturais desses povos. As tecnologias podem se configurar como ferramentas para ampliar o alcance da educação, permitindo que as comunidades indígenas compartilhem suas práticas culturais e tradições sem perder a essência de seus saberes ancestrais. A tecnologia deve ser vista como ferramenta de apoio e não de imposição cultural. Segundo *Santana et al.* (2021), a inclusão digital precisa ser pensada a partir das realidades locais, respeitando os saberes ancestrais e possibilitando que os povos indígenas utilizem os meios digitais para preservar e difundir sua identidade.

De acordo com Fialho e Mendes (2022), a utilização de plataformas digitais e recursos tecnológicos pode promover a inclusão das escolas indígenas, possibilitando o acesso ao conhecimento global, ao mesmo tempo em que valoriza e mantém as práticas culturais locais. Isso demonstra que, quando utilizadas de maneira estratégica, as tecnologias podem atuar como aliadas na preservação das tradições indígenas, oferecendo aos alunos meios para se conectar com suas raízes culturais, enquanto também possibilitam a troca de saberes com o mundo externo. Como ressalta Cobra e Silva (2021, p. 12), "a educação indígena não é apenas uma ferramenta de transmissão de conteúdos acadêmicos, mas um processo de reafirmação cultural que garante a continuidade das práticas tradicionais nas escolas."

No entanto, a implementação de tecnologias nas escolas indígenas não está isenta de desafios. A infraestrutura limitada nas comunidades, a escassez de profissionais qualificados e o desconhecimento de como integrar essas ferramentas no currículo escolar são obstáculos que precisam ser superados. Como afirma Oliveira (2020), a introdução das tecnologias nas escolas indígenas não pode ser vista como uma imposição, mas como uma possibilidade de dialogar com os saberes tradicionais e ampliar as formas de acesso ao conhecimento, respeitando as especificidades culturais de cada povo. Essa citação destaca a importância de adaptar o uso das tecnologias às realidades locais e culturais, evitando que elas se tornem uma imposição externa e, em vez disso, se integrem de forma harmônica ao cotidiano dos povos indígenas.

Um exemplo prático de como as tecnologias podem ser utilizadas de forma eficiente na educação indígena é o uso de recursos digitais para o ensino da língua indígena. A digitalização de materiais educativos, como vídeos, áudios e textos, permite que as línguas indígenas sejam preservadas e transmitidas para as novas gerações, mesmo em locais onde a comunicação face a face pode ser limitada. Segundo Cobra e Silva (2021), o uso de tecnologias para a documentação e disseminação das línguas indígenas tem se mostrado uma ferramenta para preservar o patrimônio linguístico e cultural desses povos, além de promover a educação de forma inclusiva. A integração das tecnologias digitais com a educação linguística indígena não só facilita o aprendizado, mas também contribui para a valorização da língua como parte da identidade cultural dos alunos.

Contudo, a inclusão digital nas escolas indígenas deve ser feita com cuidado, levando em consideração as particularidades de cada povo. A simples inserção de tecnologias digitais no ambiente escolar não garante, por si só, que as tradições culturais sejam preservadas ou que a educação indígena seja efetiva. Cavalcanti e Cavalcanti (2020) argumentam que a inclusão digital nas escolas indígenas precisa ser planejada de forma que respeite e dialogue com as formas de

saber e as práticas culturais das comunidades, para que as tecnologias sejam úteis na construção do conhecimento sem diluir as tradições. A partir desta reflexão, fica evidente que a chave para o sucesso na implementação das tecnologias na educação indígena é a adaptação e o respeito pelas tradições, de modo que a tecnologia se torne um meio para fortalecer, e não substituir, o conhecimento tradicional.

Assim, a utilização das tecnologias digitais na educação indígena apresenta tanto desafios quanto oportunidades. Embora existam limitações em termos de infraestrutura e capacitação, as tecnologias oferecem um grande potencial para a preservação e divulgação das culturas indígenas, desde que sejam integradas de maneira sensível às especificidades culturais dos povos. A educação digital nas comunidades indígenas não deve ser um processo isolado, mas sim um esforço coletivo que envolva a participação ativa das comunidades na construção de um modelo educacional que respeite e preserve suas tradições culturais.

Metodologia

A pesquisa é de natureza qualitativa, com uma abordagem exploratória, sendo caracterizada como uma revisão bibliográfica. A revisão bibliográfica é um tipo de pesquisa que visa levantar, organizar e analisar as produções acadêmicas e científicas já existentes sobre o tema proposto, contribuindo para o entendimento do estado atual do conhecimento sobre a preservação da cultura e tradição na educação indígena.

Para a realização dessa pesquisa, foram utilizados diversos recursos e fontes, como artigos acadêmicos, livros, teses, dissertações e publicações de periódicos especializados, com ênfase naquelas que abordam a educação escolar indígena e as políticas públicas relacionadas à preservação das culturas indígenas. De acordo com Narciso e Santana (2024, p. 9), "a pesquisa bibliográfica, por sua vez, tem como objetivo levantar informações sobre um tema a partir de materiais já publicados. Esta abordagem é essencial para fornecer embasamento teórico e direcionar investigações subsequentes."

A coleta de dados foi realizada por meio da busca em bases de dados científicas, como *Scielo, Google* Acadêmico e periódicos específicos da área de educação, além de fontes acadêmicas reconhecidas que tratam dos desafios e avanços da educação indígena no Brasil. As palavras-chave utilizadas para a pesquisa incluíram educação indígena, preservação cultural, tradições indígenas e políticas públicas educacionais. A seleção das fontes considerou a relevância dos estudos para o tema, a publicação em periódicos de qualidade e a atualidade das informações. A análise dos dados foi feita de maneira qualitativa, com a comparação entre diferentes perspectivas e a identificação de lacunas no conhecimento existente, além das principais contribuições para o campo da educação indígena.

A seguir, apresenta-se um quadro com as referências bibliográficas utilizadas para a elaboração da revisão. Este quadro resume os principais trabalhos que fundamentam a pesquisa e foram selecionados com base na relevância e na contribuição para a compreensão do tema abordado.

Quadro 1: Referências Bibliográficas Utilizadas na Pesquisa

Autor(es)	Título conforme publicado	Ano	Tipo de Trabalho
Oliveira, M. T. de	Educação indígena: uma atitude positiva pela preservação da língua Rikbaktsa	2020	Revista Diadorim
Cavalcanti, A. M. B.; Cavalcanti, A. C. R.	Educação escolar indígena e a valorização da cultura: o ensino Yaathe na preservação da identidade do povo Fulni-ô	2020	Revista Nacional de Educação
Cobra, A. C. C.; Silva, J. B.	Educação nas comunidades indígenas no Brasil: afirmação e preservação de sua cultura, tradições e identidade	2021	Anais do Congresso Brasileiro de Educação
Fialho, L. M. F.; Mendes, M. C. F.	Youtubers indígenas brasileiros: interfaces entre cultura e educação	2022	Práxis Educativa
Silva, R. M. P. da	A Educação Indígena: Desafios, Práticas e Perspectivas de uma Educação Intercultural e Inclusiva no Contexto do Ensino da Geografia na Escola Estadual Indígena	2024	Seminário de Educação (SemiEdu)

Fonte: autoria própria.

O quadro a seguir apresenta as principais referências que serviram de base para a revisão bibliográfica realizada nesta pesquisa. As fontes foram escolhidas com o intuito de garantir uma visão ampla e precisa sobre a educação indígena no Brasil, focando na preservação cultural e nas práticas pedagógicas que respeitam as tradições desses povos. A seleção dos trabalhos considerou a diversidade de abordagens e a contribuição de cada um para o entendimento dos desafios e das oportunidades da educação escolar indígena

A efetividade das políticas educacionais para a preservação cultural

As políticas públicas educacionais voltadas para a preservação da cultura indígena têm sido um tema de debate no Brasil, especialmente no que diz respeito à sua efetividade. Embora haja avanços legislativos, como a Constituição de 1988, que reconhece os direitos dos povos indígenas à educação diferenciada, na prática, essas políticas ainda enfrentam dificuldades significativas para atingir seus objetivos. A legislação prevê que a educação indígena deve ser ministrada de acordo com as especificidades culturais de cada povo, mas a implementação dessas diretrizes nas escolas indígenas nem sempre ocorre. De acordo com Cobra e Silva (2021), as políticas educacionais voltadas para as comunidades indígenas têm evoluído, mas os avanços são lentos e muitas vezes enfrentam resistência local e institucional, além de limitações financeiras e estruturais. Essa citação revela que, apesar da existência de políticas que preveem a educação culturalmente relevante, a aplicação dessas políticas ainda enfrenta muitos obstáculos, como a resistência das próprias instituições e a falta de recursos adequados.

Além disso, as falhas na aplicação das políticas educacionais são muitas vezes observadas na falta de materiais didáticos apropriados, na insuficiência de professores qualificados para lidar com as especificidades culturais das comunidades indígenas e na ausência de infraestrutura adequada para garantir que as escolas atendam às necessidades locais. Segundo Silva (2024), a efetividade das políticas educacionais depende não apenas da existência de leis, mas também da implementação prática de ações que considerem a realidade das comunidades indígenas, incluindo a formação de professores e a disponibilização de recursos específicos para essas escolas.

Essa observação destaca a importância da aplicação de políticas públicas que vão além da criação de normas e se concentram na execução de ações concretas que atendam às reais necessidades das escolas indígenas.

Um exemplo de falha nas políticas públicas é a inadequação do currículo escolar indígena, que, muitas vezes, não reflete as realidades culturais e linguísticas das diferentes etnias. Cavalcanti e Cavalcanti (2020) apontam que o currículo das escolas indígenas, em muitas regiões, ainda é dominado por conteúdos universais que não dialogam com as tradições culturais locais, comprometendo a preservação da identidade cultural dos alunos. Essa citação evidencia que, mesmo com políticas educacionais voltadas para a preservação cultural, o currículo escolar continua a ser um dos principais pontos críticos, pois, em muitas escolas, não há uma adaptação que leve em consideração a riqueza das culturas e línguas indígenas.

Por outro lado, existem experiências positivas em que as políticas públicas educacionais têm conseguido alcançar seus objetivos de preservação cultural. Fialho e Mendes (2022) mencionam que projetos educativos que incluem as comunidades na construção do currículo e no processo de ensino-aprendizagem têm mostrado resultados positivos na preservação das culturas indígenas, como no ensino das línguas nativas e na prática de rituais e tradições locais. Esse exemplo reflete como a inclusão das comunidades indígenas nas decisões educacionais, tanto no currículo quanto nas metodologias de ensino, pode ser um caminho para garantir que as tradições culturais sejam preservadas dentro do ambiente escolar.

Dessa forma, as políticas educacionais voltadas para a preservação cultural nas escolas indígenas enfrentam tanto avanços quanto limitações. Embora existam projetos que demonstram a viabilidade de um ensino que respeita e preserva as culturas indígenas, ainda há falhas significativas no processo de implementação, principalmente em termos de infraestrutura, formação de professores e adaptação do currículo. A efetividade dessas políticas depende, portanto, de um compromisso contínuo com a adequação das práticas educacionais às realidades culturais das comunidades indígenas e de um maior investimento em recursos que viabilizem a aplicação dessas políticas.

O papel da comunidade indígena na educação e na preservação cultural

A participação ativa das comunidades indígenas no processo educacional desempenha um papel significativo na preservação das suas culturas e tradições. Ao integrar as comunidades nas decisões educacionais, como a definição do currículo e a escolha de metodologias de ensino, a educação indígena se torna conectada às necessidades e realidades culturais de cada povo. De acordo com Cavalcanti e Cavalcanti (2020), a inclusão das comunidades indígenas na gestão e formulação das políticas educacionais é fundamental para garantir que as escolas atendam às especificidades culturais de cada etnia, refletindo suas práticas, crenças e valores. Essa citação destaca a importância de uma educação que respeite e incorpore as tradições locais, permitindo que os alunos se vejam refletidos no processo educativo e nas práticas culturais preservadas.

Além disso, a valorização do conhecimento ancestral nas escolas indígenas têm um papel essencial na preservação das culturas. O conhecimento tradicional, transmitido oralmente e por meio de práticas cotidianas, representa um patrimônio que deve ser preservado e transmitido para as gerações futuras. Fialho e Mendes (2022) enfatizam que o ensino nas escolas indígenas deve incorporar saberes tradicionais como parte do currículo escolar, pois esses saberes são

fundamentais para a identidade cultural dos povos e para a continuidade das práticas ancestrais. Essa valorização do conhecimento ancestral dentro do espaço escolar proporciona aos alunos a oportunidade de aprender sobre sua história, suas raízes culturais e suas tradições, fortalecendo a identidade e o pertencimento à sua comunidade.

O modelo de educação comunitária, que envolve as famílias e os líderes indígenas no processo de ensino-aprendizagem, também se mostra uma estratégia eficiente para garantir a preservação cultural. Esse modelo reconhece a importância do ambiente comunitário como um espaço educativo, onde as experiências de vida, as histórias e os conhecimentos compartilhados no cotidiano são utilizados como fontes de aprendizado. Silva (2024) argumenta que a educação comunitária é uma forma de fortalecimento da cultura indígena, pois permite que o conhecimento ancestral seja transmitido de maneira prática e contínua, no contexto da vida diária. A implementação de práticas educativas que envolvem a comunidade e utilizam as experiências vividas pelos indígenas em seu cotidiano promove uma educação significativa e contextualizada, que respeita e mantém as tradições vivas.

Ao promover a participação da comunidade indígena na educação e na valorização do conhecimento ancestral, cria-se um ambiente propício para a preservação das tradições culturais. O envolvimento direto das comunidades nas decisões educacionais fortalece a identidade dos alunos, permitindo que a educação seja um meio de reafirmação cultural e resistência. Como aponta Oliveira (2020), o modelo educacional indígena que integra as comunidades locais como protagonistas do processo educacional tem maior chance de ser eficaz na preservação das tradições e na promoção de um aprendizado que se conecta com a realidade cultural dos alunos. Assim, a educação indígena, quando construída a partir das comunidades e de seus saberes ancestrais, torna-se um importante instrumento de preservação e fortalecimento cultural, que não só transmite conhecimento acadêmico, mas também celebra e perpetua as práticas e valores das etnias indígenas.

Os desafios da implementação de uma educação intercultural nas escolas indígenas

A implementação de modelos educacionais que respeitem a interculturalidade nas escolas indígenas enfrenta diversos desafios. Esses modelos devem integrar os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas ao currículo formal, reconhecendo a importância da preservação cultural e da diversidade étnica. No entanto, a aplicação desses modelos muitas vezes esbarra em resistências tanto internas quanto externas, que dificultam a adaptação das escolas indígenas a uma educação intercultural. Como apontam Cavalcanti e Cavalcanti (2020), as escolas indígenas, ao tentarem integrar a interculturalidade, enfrentam resistência, principalmente devido à imposição de um sistema educacional homogêneo que não reconhece as especificidades culturais e históricas dos povos indígenas. Esta citação destaca a dificuldade de superar um sistema educacional tradicional que não dialoga com as particularidades culturais dos povos indígenas, resultando em um modelo que não consegue atender às necessidades de seus alunos.

Uma das principais resistências encontradas na implementação de uma educação intercultural está relacionada à imposição de um currículo único, que não leva em consideração as realidades culturais e as práticas tradicionais dos povos indígenas. Segundo Silva (2024), o currículo escolar tradicional, ao ser aplicado nas escolas indígenas, muitas vezes desconsidera as práticas culturais e o conhecimento ancestral, impondo um modelo que não reflete a realidade

das comunidades. Isso reflete a crítica central à educação tradicional, que, por não integrar os saberes indígenas, enfraquece a identidade cultural dos alunos e limita suas possibilidades de aprendizado.

Além disso, a resistência à implementação de uma educação intercultural também pode ser observada na falta de formação adequada dos professores, que muitas vezes não estão preparados para lidar com as especificidades culturais dos alunos indígenas. Cobra e Silva (2021) afirmam que a formação dos professores para atuar em escolas indígenas deve ser repensada, uma vez que muitos educadores não possuem conhecimento sobre as culturas e as línguas indígenas, o que dificulta a aplicação de um modelo intercultural que respeite a diversidade. A falta de preparação dos docentes para lidar com as questões culturais é um obstáculo importante que precisa ser superado para garantir que a educação intercultural seja efetiva.

Para superar esses desafios, é necessário que as políticas públicas e os currículos escolares sejam reformulados de forma a valorizar as práticas culturais indígenas. Como destacam Fialho e Mendes (2022), a educação intercultural deve ser um processo contínuo de negociação e adaptação, no qual as comunidades indígenas participam contribuindo para a definição dos conteúdos e das metodologias de ensino. Essa participação ativa das comunidades é essencial para que o currículo reflita suas necessidades e tradições, garantindo que a educação seja relevante e conectada com a identidade cultural dos alunos.

Portanto, a implementação de uma educação intercultural nas escolas indígenas enfrenta várias dificuldades, incluindo a resistência ao currículo tradicional, a falta de formação de professores e a necessidade de reformulação das políticas educacionais. A superação desses desafios exige um esforço conjunto entre as comunidades indígenas, as escolas e o Estado, a fim de criar um modelo educacional que respeite e preserve as tradições culturais, promovendo ao mesmo tempo o acesso ao conhecimento formal. A educação intercultural, quando bem aplicada, não só valoriza a diversidade, mas também contribui para o fortalecimento da identidade cultural dos povos indígenas.

Considerações finais

As políticas educacionais voltadas para a educação indígena no Brasil, embora reconheçam a importância da preservação cultural, enfrentam diversos desafios para alcançar seus objetivos. A análise realizada revelou que, apesar dos avanços legislativos, como a Constituição de 1988, que garante aos povos indígenas o direito à educação diferenciada com suas culturas, a implementação dessas políticas ainda carece de maior efetividade. O estudo evidenciou que o modelo educacional tradicional, por vezes, continua a ser aplicado nas escolas indígenas, sem considerar as especificidades culturais e históricas dos povos. Além disso, a falta de infraestrutura adequada, a escassez de professores qualificados e a resistência das instituições educacionais à interculturalidade dificultam a implementação de um ensino voltado para a preservação da identidade cultural indígena.

A pesquisa também indicou que a participação ativa das comunidades indígenas no processo educacional é um dos fatores importantes para garantir que a educação seja vinculada às suas práticas culturais e identitárias. As comunidades têm um papel fundamental na construção do currículo escolar, sendo essenciais para garantir que o ensino respeite seus saberes tradicionais.

A valorização do conhecimento ancestral nas escolas é outro ponto destacado, pois contribui para o fortalecimento da identidade indígena e a preservação das tradições culturais. Embora existam exemplos de escolas indígenas que implementam modelos educacionais eficazes, esses casos ainda são isolados e não refletem a realidade da maioria das escolas no Brasil.

Outro aspecto relevante foi a identificação das dificuldades em integrar as tecnologias digitais nas escolas indígenas de maneira que respeitem as práticas culturais locais. Embora as tecnologias possam ser aliadas importantes na preservação e divulgação das culturas indígenas, a falta de recursos, o desconhecimento das especificidades culturais pelos profissionais da educação e a infraestrutura insuficiente nas comunidades indígenas limitam o impacto das políticas digitais nas escolas.

Diante disso, o estudo contribuiu para compreender os desafios da implementação das políticas educacionais voltadas para a preservação cultural indígena, destacando a importância de se buscar um modelo educacional que não apenas promova a inclusão, mas que também respeite e preserve as tradições e a identidade dos povos indígenas. As descobertas sugerem que é necessário um maior investimento em formação de professores, adequação do currículo e infraestrutura das escolas, além de um fortalecimento da participação das comunidades indígenas na definição das políticas educacionais.

No entanto, a pesquisa também revelou a necessidade de mais estudos sobre a efetividade das políticas educacionais em diferentes regiões do Brasil, especialmente em comunidades indígenas isoladas. A análise das experiências bem-sucedidas e as suas condições de implementação pode contribuir para o desenvolvimento de modelos que integrem as especificidades culturais de cada povo indígena. Há também a necessidade de investigar os impactos do uso das tecnologias digitais na preservação cultural indígena, especialmente no que diz respeito à integração de saberes tradicionais e às possibilidades de adaptação das tecnologias às realidades locais.

Este estudo contribui para o entendimento dos desafios e das potencialidades da educação indígena no Brasil, destacando que, para que as políticas públicas sejam efetivas na preservação das culturas indígenas, é essencial que sejam implementadas de forma sensível e adaptada às realidades das comunidades. A educação indígena, quando respeita as especificidades culturais, tem o poder de fortalecer as identidades e garantir a continuidade das tradições, além de preparar as futuras gerações para os desafios contemporâneos, sem perder sua essência cultural.

Referências

CAVALCANTI, A. M. B.; CAVALCANTI, A. C. R. Educação escolar indígena e a valorização da cultura: o ensino Yaathe na preservação da identidade do povo Fulni-ô. **Revista Nacional de Educação**, 2020.

COBRA, A. C. C.; SILVA, J. B. Educação nas comunidades indígenas no brasil: afirmação e preservação de sua cultura, tradições e identidade. Anais do **Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania**, n. 9, p. 423–436, 2022.

FIALHO, L. M. F.; MENDES, M. C. F. Youtubers indígenas brasileiros: interfaces entre cultura e educação. **Práxis Educativa**, v. 17, e18337 2022.

NARCISO, R.; SANTANA, A. C. de A. Metodologias científicas na educação: uma revisão crítica e proposta de novos caminhos. **ARACÊ**, v. 6, n. 4, p. 19459-19475, 2024.

OLIVEIRA, M. T. de. Educação indígena: uma atitude positiva pela preservação da língua Rikbaktsa. **Diadorim**, v. 22, n. 1, p. 114-128, 2020.

SANTANA, A. C. de A.; PINTO, E. A.; MEIRELES, M. L. B.; OLIVEIRA, M.; MUNHOZ, R. F.; GUERRA, R. S. Educação & TDIC´s: democratização, inclusão digital e o exercício pleno da cidadania. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 10, p. 2084–2106, 2021.

SILVA, R. M. P. da. A Educação Indígena: desafios, práticas e perspectivas de uma educação intercultural e inclusiva no contexto do ensino da Geografia na Escola Estadual Indígena. **Seminário de Educação (SemiEdu)**, 2024.